

***Viribus Unitis: a questão da conquista do voto feminino nos Boletins da
Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1934-1935).***

*Viribus Unitis: the question of the conquest of the female vote in the Bulletins of the Brazilian
Federation for Women's Progress (1934-1935).*

Alexandra Padilha Bueno¹

Resumo: O presente artigo analisa o impresso Boletim Informativo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino produzido pela referida Associação nos anos de 1934 a 1936 na cidade do Rio de Janeiro. Perfazem o *corpus documental* do presente trabalho os cinco primeiros boletins, compostos por artigos de opinião e noticiosos e editoriais. São também utilizadas fontes iconográficas, correspondências, artigos e notas de períodos anteriores e posteriores à publicação do impresso que permitiram compreender o contexto de produção e circulação do mesmo. Pretendeu-se realizar uma ampla mirada nos ideais e pressupostos levantados pelas protagonistas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, bem como observar suas ações em diferentes campos de atuação, procurando acessar a linguagem política utilizada pelas intelectuais protagonistas da Federação no que se refere à educação e à representação da mulher moderna do período balizado como recorte e a sua relação com a conquista dos seus direitos políticos e civis.

Palavras-chave: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino; Feminismo; Voto Feminino.

Abstract: The present article analyzes the Federação Brasileira pelo Progresso Feminino Information Bulletin produced by the Association between 1934 to 1936 in the city of Rio de Janeiro. The first five bulletins, composed of opinion articles, news articles and editorials, make up the documentary corpus of this paper. Iconographic sources, correspondences, articles and notes from periods before and after the publication of the paper are also used to understand its context of production and circulation. It was intended to carry out a broad view of the ideals and assumptions raised by the Federação Brasileira pelo Progresso Feminino protagonists as well as to observe their actions in different fields of action, seeking to access the political language used by the intellectual protagonists of the Federation regarding education and representation of modern women from the period marked as a cut and its relation with the conquest of their political and civil rights.

Keywords: Brazilian Federation for Women's Progress; Feminism; Female Vote.

Introdução

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É professora da Educação Básica no Município de Araucária. Tem experiência nas áreas de Ensino e Educação, com ênfase em Fundamentos da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: História da Educação, História Intelectual, Educação Feminina, Imprensa, Alfabetização e Letramento.

A passagem da década de 1920 para a década de 1930 trouxe mudanças para o contexto social, econômico, cultural e político do Brasil. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, associação feminista que se tornou hegemônica na disputa por espaço público de atuação neste movimento social no cenário brasileiro, aproveitou esse momento de transformações de forma estratégica, negociando suas pautas e conquistando espaço social. Conforme se verá ao longo deste artigo, a ideia da criação de um impresso que servisse à propaganda da Associação citada esteve presente nas discussões entre as protagonistas da Federação antes mesmo de sua criação².

Pondera-se que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino se tornou, ao longo de sua trajetória, uma associação mediadora das demandas sociais que estavam em pauta no seu contexto. Embora houvesse divergências entre as mulheres que a compunham, as intelectuais que tiveram protagonismo nesta Associação se uniram em torno de causas comuns e arquitetaram um projeto que se constituiu como hegemônico entre os feminismos existentes naquele momento histórico.

Considera-se importante destacar que as protagonistas desta Associação são tratadas, neste texto, como intelectuais. Para caracterizarmos essas mulheres dentro de tal perspectiva, usamos como referência a interpretação de Pierre Bourdieu (1998). Para o autor, o reconhecimento de um agente no campo intelectual, em geral, dá-se pelo prestígio social e poder político que estes adquirem em função de sua origem familiar e do acúmulo de capitais simbólicos e cultural. Os capitais podem ser acumulados na forma de títulos e comendas; nas posições ocupadas por esses sujeitos nas instituições reconhecidas pelo campo, como faculdades e academias de letras, artes e ciência; o reconhecimento por parte dos pares intelectuais por sua erudição e eloquência; por suas viagens frequentes a Europa ou Estados Unidos da América e/ou posse de livros ou obras de arte.

Para definição das protagonistas da Federação como intelectuais, faz-se uso também das ponderações apresentadas por Carlos Eduardo Vieira (2011). O autor, ao caracterizar os intelectuais brasileiros vinculados à educação nos primeiros 60 anos do século XX, contemplando “[...] suas crenças, trajetórias, redes de sociabilidade, projetos, retóricas e as linguagens por eles manipuladas” (VIEIRA, 2011, p. 28), destaca que os mesmos, embora

² A expressão *Viribus Unitis*, utilizada no título desse artigo constava como slogan nos primeiros documentos produzidos pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e pode ser traduzido para o português como, “unindo forças” ou ainda pela frase “unidos venceremos”. A escolha da sentença se justifica pelo entendimento de que ela é simbólica para a representação das ações do movimento associativista feminista desenvolvido pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

engajados em frentes distintas, assumiram alguns traços forjando uma determinada identidade, a qual estava assentada sob os seguintes aspectos:

[...] a) sentimento de pertencimento ao extrato social que, ao longo dos séculos XIX e XX, produziu a identidade social do intelectual; b) engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou de dever social; c) elaboração e veiculação do discurso que estabelece a relação entre educação e modernidade; d) assunção da centralidade do Estado como agente político para a efetivação do projeto moderno de reforma social. (VIEIRA, 2011, p. 29).

Parte-se do pressuposto de que, tanto do ponto de vista dos capitais acumulados, quanto em relação à posição ocupada pelas protagonistas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no campo intelectual, essas mulheres se sentiam autorizadas a intervir em diferentes instâncias, frentes e lugares sociais de prestígio, engajando-se em favor dos projetos em que acreditavam. Desta forma, considera-se que essas protagonistas forjaram e afirmaram sua identidade social de intelectuais como agentes públicas coletivas além de participaram do jogo de linguagem que ocorria no contexto vivenciado transformando o debate em torno dos direitos políticos e civis das mulheres em práticas e intervenções políticas.

Para análise, neste artigo, foram selecionados cinco Boletins da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, datados de outubro de 1934, novembro de 1934, dezembro de 1934, fevereiro de 1935 e março de 1935³. Essa fonte documental está disponível no Acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, no Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Sobre este impresso, destaca-se no decorrer do estudo algumas de suas características, abarcando sua produção, autoria, tempo e assuntos tratados, bem como, buscou-se analisar a intencionalidade da produção de tal material. Embora a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino tenha usado a imprensa de forma mais ampla, optou-se neste trabalho por fazer um recorte e tratar apenas dos Boletins selecionados em virtude das características assumidas por esse material ao longo dos anos de 1930 e das particularidades encontradas no perfil desta publicação.

De acordo com o editorial do primeiro número:

O Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que inicia hoje a sua atividade, tem como fim reunir e congregar em torno da ideia feminista todos os esforços dispersos, constituindo *dest'arte* uma espécie de centro irradiador onde todas as correntes de opinião encontrem o eixo necessário de sua expansão e sua utilidade aproximadora e atuação mistificadora não carece realmente de enaltecer. (Nosso

³ O intervalo de publicação do referido Boletim foi entre 1934 e 1936, contudo, neste artigo iremos tratar apenas os boletins referentes aos anos de 1934 e 1935, visto que, há uma mudança de nomenclatura (junho de 1935, quando passa a se chamar **A mulher**) e de temáticas, acreditamos que a análise dos números posteriores ao recorte temporal adotado para este artigo, merece um exame particular.

Boletim. **Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**, n. 1, outubro de 1934, p. 2).

Conforme aponta o trecho de uma carta enviada por Maria Lacerda de Moura à Bertha Lutz, em uma das primeiras tentativas de organização da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a produção de uma ampla propaganda de divulgação da Associação era vista como fundamental para o sucesso da empreitada e a publicação de boletins quinzenais estava entre as sugestões para tal objetivo. Segundo Lacerda (1920):

Todas as energias intelectuais femininas e até masculinas de boa vontade para a formação de um pequenino exército de propagandistas da educação nacional e científica da mulher para a sua perfeita emancipação intelectual. [...] o plano deveria ser a [...] propaganda ativa em todas as principais cidades do interior arregimentando as mulheres todas num gesto de solidariedade. Propaganda pela imprensa: pelo menos boletins quinzenais em grande quantidade espalhadas por toda parte⁴. (Carta manuscrita de Maria Lacerda de Moura à Bertha Lutz, 21 de outubro de 1920 – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino).

Passados pouco mais de dez anos da troca de correspondência entre Lutz e Lacerda, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino tornaria a propaganda por meio de Boletins (mensais) uma realidade. O material apresentava o formato de meia página *standart*, era organizado em três colunas divididas com uma linha ao centro para facilitar a leitura. Sua estrutura, no entanto, era variada. A primeira edição foi composta por 8 páginas, em outros números a composição foi de 4 páginas, ainda que algumas matérias eram traduzidas para o inglês pela secretária da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Não há indícios acerca do número de impressões ou da circulação do Boletim, porém as atas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino mencionam que todo o material era produzido e publicado a partir da contribuição financeira das sócias. O impresso não apresenta os valores de comercialização, entretanto foi localizado o anúncio de sua publicação em alguns periódicos do período e algumas atas da Federação apontam ainda que o material era enviado para as sócias e associadas de todo o Brasil. No último número do Boletim, analisado neste trabalho (nº. 5, de março de 1935), encontra-se uma solicitação de permuta com outras

⁴ Maria Lacerda de Moura nascida em Manhuaçu (MG), em 16 de maio de 1887, aos cinco anos mudou-se para Barbacena (MG). Iniciou seu processo de escolarização na escola de freiras do asilo da cidade, ali também cursou a Escola Normal e lecionou as disciplinas de pedagogia e higiene. Seu pai era de origem humilde, exercia um cargo de oficial no cartório e envolveu-se com a doutrina espírita, o movimento anticlerical e maçônico de Minas Gerais. Características estas que marcaram a formação de Maria Lacerda, visto que na vida adulta participou de palestras em lojas maçônicas e escreveu obras de teor anticlerical. Casou-se com Carlos Ferreira de Moura. Lacerda não pode ter filhos e, por isso, adotou uma menina órfã e, posteriormente, seu sobrinho. No final da década de 1910 trocou correspondência com Bertha Lutz e junto a ela fundou a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher em 1920. Após o rompimento entre Maria Lacerda e Lutz, por questões ideológicas, a Associação foi substituída pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (LEITE, 1984).

publicações. Este anúncio escrito em português, inglês e francês pode indicar uma tentativa de aumentar o alcance e a visibilidade do Boletim, aspirando a possibilidade de ter artigos publicados em outras línguas e em outros estados, além de ser uma maneira de assinar em outras publicações sem ter gastos financeiros.

O Boletim recebia contribuições das sócias e associadas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e aquelas que colaboravam com a redação do impresso assinavam os editoriais. Em todos os números consultados, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino foi referida como “Órgão Oficial da Opinião Feminina Organizada”, em outras fontes consultadas, a Associação aparecia também referida como a “voz da mulher brasileira”. Não se pode negar a força de mobilização política e de organização da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino para o movimento feminista nacional, contudo, fontes oriundas das correspondências trocadas entre a Associação e políticos, frentes de luta feministas nacionais e internacionais, sócias e associadas e de outras mulheres que acompanhavam o trabalho da Federação, demonstram que havia divergências entre as proposições das protagonistas à frente da Associação e outras concepções de feminismo.

Embora a Associação “reclamasse” para si um *status* de “verdadeiro feminismo nacional”, dando a entender que na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino encontravam-se representadas todas as pautas da “mulher brasileira”, apresentando uma espécie de homogeneidade no movimento feminista nacional, isso não corresponde à pluralidade de vozes que estavam engajadas na luta pela igualdade entre os sexos.

Nuances da presença da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Movimento Feminista Nacional

Tudo à mulher, pela mulher! (Trecho do Hino da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, **Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**, outubro de 1934, ano 1, n. 1, p. 2).

O desejo pela igualdade entre os sexos presente nos feminismos de diversas matizes, tempos e espaços sociais, deriva de uma tradição democrática e utópica da Modernidade. A Revolução Francesa, a democracia em germe e a República não tinham interesses na participação igualitária de homens e mulheres na política. Conforme aponta Geneviève Fraise (1989), desde o fechamento dos salões femininos em 1783⁵ até a cidadania masculina assinalada

⁵ Em Paris, nesse contexto, dois salões voltados ao público feminino se destacavam antes de seu fechamento. O primeiro chamava-se *Société Patriotique et de Bienfaisance des Amies de la Vérité* e marcou presença entre 1791 e 1792. Fundado por Etta Palm de Aelders, que, enquanto figura pública, teve suas ações voltadas à educação de

no documento “Declaração dos direitos dos homens e cidadãos”, as mulheres não foram convidadas a debater assuntos relativos à “coisa pública”.

A lenta e desigual inclusão das mulheres no espaço público foi uma conquista de mulheres – e homens – que, durante os séculos XIX e XX, fomentadas pelas novidades apresentadas pela democracia e as teorias revolucionárias, buscaram a igualdade de direitos civis, políticos e sociais. No ideal do universalismo francês do período da Revolução, as mulheres permaneceram marcadas pelas determinações biológicas do seu sexo e foram entendidas como cidadãs de segunda categoria, encerradas em seu papel doméstico e em uma relação de desigualdade e dependência com os homens, que era encarada, nesse contexto, como natural.

Os primeiros textos que advogaram a favor dos direitos femininos e da igualdade entre homens e mulheres foram escritos ainda no período da Revolução Francesa. Um documento seminal, produzido nesse contexto, foi a *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* (“Declaração dos direitos da mulher e da cidadã” em tradução livre) publicado em setembro de 1791, de autoria de Marie Gouze, cujo pseudônimo mais conhecido foi o de Olympe de Gouges (1748-1793). Este documento se pautou no modelo da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, aprovada em 27 de agosto de 1789, que não mencionava a igualdade jurídica entre homens e mulheres. A declaração escrita por Gouges, composta por 17 artigos, foi apresentada à Assembleia Nacional da França em outubro de 1791 e em seu bojo defendia que a “mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos”. Contudo, o documento de Olympe foi rejeitado por aquela convenção (PERROT, 2008).

Nesta mesma direção, o livro *A Vindication of the Rights of Men* (1790), de autoria de Mary Wollstonecraft, pode ser considerada uma obra paradigmática. As reflexões de Wollstonecraft surgiram como uma crítica social, moral e política a partir de sua conclusão de que no lema de igualdade promovido pela Revolução Francesa as mulheres não estavam incluídas. Embora não possa ser considerada como uma feminista - essa palavra nem mesmo existia naquele contexto -, Wollstonecraft difundiu, o que é considerado, um primeiro discurso favorável ao sufrágio feminino e aos direitos da mulher.

Foi no final do século XVIII que as primeiras discussões sobre as mulheres enquanto um grupo social que estava submetido à exclusão, submissão e exploração aconteceu. Contudo,

meninas pobres e reivindicou a concessão legal do divórcio e dos direitos políticos para as mulheres. Posteriormente a *Société des républicaines révolutionnaires*, fundada em maio de 1793, composto por militantes, costureiras e outras trabalhadoras, propunha a participação das mulheres na política e foi fechado em 30 de outubro de 1793 (FRAISE, p. 83, 1989).

a desigualdade entre homens e mulheres em função das diferenças biológicas foi a tônica que justificou e reforçou a presença destas na esfera privada e a recusa de sua participação na cena pública. A mulher foi associada a uma espécie de poder misterioso e perigoso, personificado na frase do poeta britânico William Ross Wallece: “a mão que balança o berço, é a mão que governa mundo”. Embora não estivesse autorizada a participar da vida política, a mulher exerceria nos homens uma dominação ruidosa e definitiva, encarregando-se de alinhar os fios das decisões nos bastidores, enquanto “os pobres homens, como marionetes, mexiam-se na cena pública” (PERROT, 1988, p. 168). Somente no século XIX a obra de Mary Wollstonecraft foi recuperada aliada à discussão sobre a igualdade entre os sexos. Conforme aponta Peter Gay (1995), mulheres raras e corajosas iriam dar passagem a participação de suas contemporâneas na esfera pública, “escrevinhadoras” vigorosas e obstinadas em redefinir os papéis sociais de homens e mulheres de sua época. Havia um paradoxo que girava ‘entre o medo da nova mulher e a admiração por sua ousadia’ que continuou a ser fundamental para o afastamento das mulheres da vida pública no século XX. Dickens, por exemplo, debochava das mulheres que defendiam os direitos à igualdade, segundo ele, ao invés de estar “melhorando o destino” das suas irmãs ao encorajá-las a “usurpar as funções dos homens, na verdade, estavam destruindo o que já era delas mesmas suas qualidades de amor: ‘uma mulher-homem’”, disse ele, ‘é repulsiva’” (GAY, 1995, p. 359, grifos do autor).

A chacota para se referir à defesa da igualdade entre os sexos, presente no discurso de Dickens, tornou-se frequente durante o século XIX. Em 1872, o jornalista Alexandre Dumas Filho utilizaria o neologismo “feminismo” em seu panfleto “O homem-mulher” para se referir pejorativamente aos homens que apoiavam o nascente movimento sufragista britânico. Dumas Filho retirou tal expressão da tese médica intitulada “*Du féminisme et de l’infantilisme chez les tuberculeux*”, documento em que Ferdinand-Valère Faneau de la Coure descrevia os sintomas que alguns homens doentes de tuberculosas apresentavam após serem contaminados pela doença. Estes, segundo o autor da tese, revelavam traços “infantis e feministas”, tais como: “cabelo fino, cílios longos, pele macia e branca, barba rala, órgãos genitais pequenos e mamas volumosas (...)” (FRAISSE, 1989, p. 90). A palavra feminismo se popularizou a partir de sua utilização pela francesa Hubertine Auclert, que em 1889 fundou o jornal sufragista “*Le Citoyen*”. O termo feminismo era utilizado para se referir às sufragistas britânicas das últimas décadas do século XIX.

As primeiras tentativas de associativismo entre mulheres em busca de direitos civis e políticos ocorreram nesse período e fortaleceram-se na virada do século XX. As iniciativas de organização de mulheres em torno de um movimento feminista nacional no Brasil,

acompanharam o desenvolvimento de movimentos transnacionais, que vinham sendo alavancados ao longo dessa virada de século.

Na história das mulheres do Brasil, a população feminina pobre sempre esteve presente no espaço público. Trabalhadoras, operárias e domésticas foram figuras permanentes neste cenário. Com a implantação da República no final do século XIX, os anseios das mulheres brasileiras modificaram-se consideravelmente. As mudanças ocorridas no período abriram precedentes para que uma parcela da população feminina, que antes estava ausente do mercado de trabalho, manifestasse seu desejo de inserção na vida pública. O processo de modernização da sociedade brasileira, embora desigual, trouxe para os centros urbanos a emergência de novas figuras femininas das camadas médias da sociedade. Pois, devido ao aumento do consumo, estas mulheres sentiram a necessidade da participação em ocupações profissionais para incremento da renda familiar e ainda passaram a reivindicar a ampliação de sua educação, profissionalização e a extinção de obstáculos legislativos colocados ao seu trabalho remunerado.

As primeiras décadas do século XX foram relevantes para a constituição de movimentos associativos femininos/feministas de diversas matizes no Brasil. A emergência desses movimentos na sociedade brasileira acompanhou uma tendência que lentamente se estabelecia na América Latina. Segundo John Charles Chasteen (2001),

[...] as mulheres latino-americanas que lutaram pelo direito ao voto nas décadas de 1910 e 1920 inspiravam-se claramente nos exemplos da Europa e dos Estados Unidos. Os movimentos feministas modernos surgiram em cidades com influências externas mais fortes. Já nas cidades provinciais e aldeias, o patriarcado e o velho código de honra permaneceram inalterados. Influências internacionais são evidentes nas vidas das líderes feministas [...]. (CHASTEEN, 2001, p. 163).

A imprensa fluminense dos anos iniciais do século XX é abundante em exemplos de tentativas de associativismo feminino/feminista. Nas páginas de jornais como **O Paiz**, **Correio da Manhã**, **Revista Careta** e **Revista da Semana**, entre outros, os movimentos são adjetivados e recebem o apoio ou a oposição de homens e mulheres do período. Entre as iniciativas de Associações femininas, identifica-se a Associação Cristã (AC), a Legião pela Mulher Brasileira (LMB) e o Partido Republicano Feminino (PRF), os quais antecederam a criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Bertha Lutz foi figura importante nesse movimento. A pesquisa de Mônica Karawejezyk (2013) demonstra que, embora os pressupostos e a estrutura de associações como a Associação Cristã (AC) e a Legião pela Mulher Brasileira (LMB) fossem distintos daqueles propostos pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Bertha Lutz participou das duas iniciativas.

Contudo, a mesma autora aponta que o movimento organizado pelo Partido Republicano Feminino (PRF), liderado por Leolinda Daltro durante o período anterior a criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, foi entendido como contraexemplo por Bertha Lutz e suas aliadas, visto que a figura de Daltro era tida como alvo de deboche na imprensa fluminense desde o início do século XX.

É possível afirmar que havia, um contexto favorável para o desenvolvimento de diferentes modelos de feminismos no período. Bertha Lutz, por sua vez, percebeu tal conjuntura e passou a projetar a organização da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino na imprensa, na sociedade e à nível nacional.

A trajetória de Lutz se entrelaça com a história da Federação. Nascida em São Paulo, em 2 de agosto de 1894, filha do médico-cientista Adolfo Lutz e da enfermeira inglesa Amy Fowler, formou-se em biologia pela Universidade de Sorbonne e retornou ao Brasil em 1918, ano em que trabalhou como tradutora de zoologia com o pai no Instituto Oswaldo Cruz. No ano seguinte prestou concurso e foi nomeada para o cargo de secretária no Museu Nacional. Após ingressar no museu como funcionária pública, Bertha Lutz fez um concurso interno e passou a exercer a função de pesquisadora e posteriormente chefe do Departamento de Botânica do museu.

Conforme aponta Yolanda Lôbo (2010), o pai de Bertha Lutz, Adolpho Lutz, teve grande responsabilidade na projeção de formação profissional da intelectual. De acordo com a autora, Adolpho Lutz acreditava que as escolas de ensino superior europeias eram melhores e mais conceituadas do que as brasileiras e, em virtude dessa opinião, decidiu enviar Bertha Lutz para realizar seus estudos secundários e superiores na Europa (LÔBO, 2010, p. 21). Rachel Sohiet (2006) aponta que Bertha Lutz viveu a experiência da educação básica na Inglaterra e em Paris, concluindo seus estudos em *Faculté des Sciences* na Universidade de *Sorbonne*. Bertha Lutz diplomou-se também nos estudos superiores em botânica (20 de junho de 1916), química biológica (18 de outubro de 1916) e embriologia geral (23 de outubro de 1917), além de obter a diplomação em ciências no dia 1º de março de 1918 (LOPES, 2008, p. 77).

Ainda na França, no início do século XX, que a jovem Bertha Lutz aproximou-se do feminismo europeu. Em Paris conheceu Jerônima Mesquita⁶ e, de volta ao Brasil em 1918,

⁶ Jerônima Mesquita (1880-1972), filha da baronesa do Bonfim, Maria José Jerônima de Mesquita, e do barão do Bonfim, José Jerônimo de Mesquita, nasceu em Leopoldina (MG). Realizou seus primeiros estudos com tutores e fez seus estudos secundários na França. Por imposição da família casou-se aos 17 anos com um primo, com quem teve dois filhos e de quem separou-se dois anos depois. Durante o período em que realizou os estudos secundários acompanhou na Europa a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Foi voluntária na Cruz Vermelha de Paris. Quando retornou ao Brasil, aderiu a atividades de assistência social. Participou da associação Damas da Cruz Verde, iniciativa que atendeu aos infectados pelo surto da Gripe Espanhola no Rio de Janeiro, desta experiência surgiu o

junto com outras mulheres da elite e de alta escolaridade, iniciou um projeto de lutas pela emancipação feminina por meio de um discurso reformista. A principal bandeira da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino foi o reconhecimento dos direitos civis e políticos das mulheres, com uma ênfase particular no sufrágio feminino (SCHMAHER; BRAZIL, 2000).

De acordo com Schuma Schmaher e Érico Vital Brazil (2000),

em novembro de 1918, Bertha Lutz, recém-chegada de seus estudos na Europa, indignou-se com um artigo de jornal que desdenhava a difusão das ideias feministas no Brasil e redigiu uma carta, publicada na imprensa carioca, defendendo a união das mulheres em defesa de seus interesses. Meses depois, Bertha, com um grupo de colaboradoras, criou no Rio uma organização que chamaram de Liga para Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM). Logo buscaram difundir a ideia em outros estados para que neles também fossem criados núcleos de interesses femininos. (p. 255).

Cientista reconhecida em seu campo de atuação, Bertha Lutz publicou trabalhos importantes que são utilizados como referência até hoje na biologia. Trabalhou com o pai Adolfo Lutz em pesquisas sobre zoologia e, após a morte dele, assumiu e deu sequência ao seu trabalho. Na década de 1930 iniciou a faculdade de direito, formando-se como bacharel em 1935 e posteriormente atuou como professora da Universidade do Rio de Janeiro. De acordo com Lopes (2004), Bertha Lutz também recebeu o título de “doutora *honoris causa* em direito, concedido pelo *Mills College* da Califórnia, nos Estados Unidos” (LOPES, 2004, p. 104). Após a aprovação do voto feminino no Brasil em 1932, lançou sua candidatura e foi eleita como primeira suplente de deputado federal pela Liga Eleitoral Independente e, após a morte do deputado Cândido Pereira, em 1936, assumiu sua cadeira. Em virtude do decreto do Estado Novo, em 1937, encerrou sua carreira política. Aposentou-se em 1954 como chefe de botânica no Museu Nacional.

projeto da maternidade Pró-Matre, que posteriormente fez parte das ações Filantrópicas da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino. Foi também fundadora da Federação de Bandeirantes do Brasil na década de 1920 (SCHMACHER e BRAZIL, 2000, p. 336).



Figura 1: Fotografia de Bertha Lutz após cerimônia com familiares, feministas e outros nas escadarias da câmara dos deputados, 28 de julho de 1936, rio de janeiro, RJ.

Fonte: Acervo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Foi depois da participação de Bertha Lutz, como delegada e representante brasileira, na Conferência Pan-Americana de Mulheres – 1922, Baltimore, Estados Unidos – e sua volta para o Brasil, que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino foi fundada. Entretanto, foi considerado como o marco oficial da criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino a realização da I Conferência pelo Progresso Feminino, realizada no mesmo ano - 1922. Evento este organizado em combinação com a comemoração ao centenário da Independência do Brasil na casa da Ordem dos Advogados do Brasil, Rio de Janeiro, no mês de dezembro. Inicialmente fizeram parte da diretoria: Bertha Lutz (1894-1976), Stella Guerra Duval (1879-1971), Jeronyma Mesquita (1880-1972), Cassilda Martins, Esther Ferreira Vianna, Evelina Arruda Pereira, Berenice Martins Prates⁷. As intelectuais que tiveram protagonismo à frente da Federação buscaram, por meio de seu capital social, uma aproximação com o poder político vigente de forma a disseminar seu pensamento e obter conquistas para o movimento feminista

⁷ Dentre as mulheres que formaram o núcleo fundador da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino não foram encontradas informações acerca das seguintes mulheres: Cacilda Eirado Martins; Esther Ferreira Vianna e Berenice Martins Prates. Foram encontradas informações sobre: Stella de Carvalho Guerra Duval (1879-1971), que fez parte, em conjunto com Jerônima Mesquita, do grupo das Damas da Cruz Verde, prosseguindo como presidente vitalícia da Maternidade Pró-Matre e que foi candidata a intendente municipal pelo Partido Autonomista, no pleito de 1934 e Evelina Arruda Pereira (Séc. XX) que foi a primeira presidente da Liga Paulista pelo Progresso Feminino, uma seção estadual da FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO.

nacional (BESSE, 1990; KARAWAJCZYK, 2013; ALVES, 1977; SOIHET, 2006). Foram diversas as frentes de ação e de propaganda que fizeram circular as ideias feministas da Federação.

As Ligas Estaduais pelo Progresso Feminino⁸ são um exemplo das ações que foram empreendidas pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino para ampliar seu campo de atuação e difundir as suas ideias feministas pelo Brasil. Estas funcionavam de forma a propagar o pensamento feminista da Associação e ao mesmo tempo serviam como redes de sociabilidade para conquistas locais. Atuaram também neste sentido as inúmeras ações sociais de “a infância abandonada” e das “jovens desprovidas de sorte”, que podem ser observadas por meio das campanhas promovidas pela Federação na imprensa fluminense, entre elas, obras na sociedade dos lázaros, na cruz vermelha e na sociedade de proteção e assistência à infância. No que concerne às publicações realizadas pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino na imprensa, pode-se indicar um número significativo de notas da instituição nos periódicos fluminenses que, entre outras questões, relatavam as reuniões da associação. Estas reuniões eram, em geral, seguidas de um chá oferecido por uma das sócias.

Os chás eram promovidos, igualmente, a convidados especiais e em ocasiões específicas como nas conferências, nos congressos e reuniões com políticos, autoridades e imprensa, como se pode observar na fotografia abaixo (Figura 2), retirada da **Revista Careta**, Rio de Janeiro, em 23 de maio de 1931. Ao chá seguia-se um sarau poético ou outra atividade artística definida pelas sócias com antecedência.

⁸ Eram elas: Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, Federação Alagoana Progresso Feminino, Federação Amazonense pelo Progresso Feminino, Federação Paraense pelo Progresso Feminino, Federação Cearense pelo Progresso Feminino, Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino, Federação Espírito-Santense pelo Progresso Feminino, Federação Campinense pelo Progresso Feminino, Federação Mineira pelo Progresso Feminino, Federação Mato-grossense pelo Progresso Feminino, Federação Goyana Progresso Feminino, Federação Sul-Riograndense pelo Progresso Feminino.



Figura 2: Fotografia de chá realizado pelas sócias da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e oferecido à imprensa fluminense em 23 de maio de 1931, Rio de Janeiro, RJ.

Fonte: Acervo hemeroteca digital, o feminismo em ação, **Revista Careta**, 23 de maio de 1931, p. 24.

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino também expunha, na imprensa, quadros comparativos entre as conquistas do movimento feminista nacional e internacional, relatos de viagens de sócias da Federação que eram enviadas aos congressos feministas internacionais, assim como exemplos de mulheres exercendo profissões até então consideradas masculinas e outros elementos que reforçavam a ideia de que era necessária uma maior participação das mulheres na cena pública.

Ainda fez parte da estratégia propagandista da Federação um programa na Rádio Club Brasil, que era transmitido uma vez por semana, e outro na Emissora Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, chamado “5 minutos de feminismo”. Em uma ocasião, em janeiro de 1930, Bertha Lutz participou de um dos programas discorrendo sobre o tema “A mulher: Deusa ou rival?”. O registro do conteúdo das palestras, em algumas ocasiões, era publicado no dia seguinte à divulgação via rádio em alguns periódicos. Foi o caso, por exemplo, da exposição citada anteriormente que teve divulgação integral através do periódico **O Dia** (PR), em 17 de janeiro de 1930 e, posteriormente, em 28 de fevereiro de 1930, na seção **Feminismo**⁹, no jornal **O Paiz**

⁹ A seção **Feminismo** era publicada quinzenalmente no jornal **O Paiz** (RJ), estava sob a responsabilidade da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, e circulou entre outubro de 1927 a 1930. Assinavam o editorial: Bertha Lutz, Orminda Bastos e Carmen Portinho. Da mesma forma que outros materiais impressos de propaganda feminista da Federação, contava com a colaboração de sócias e associadas de todo o Brasil, que escreviam os editoriais, matérias e entrevistas, nas quais procuravam mostrar e comparar as conquistas do movimento feminista nacional e internacional e também sobre as vantagens de uma participação equitativa das mulheres no espaço

(RJ). Segundo Lutz, os programas tinham “o intuito de tornar mais conhecido, o que equivale a dizer mais apreciado, o movimento que visa a elevação intelectual e moral da mulher (...)” (LUTZ, A mulher: Deusa ou rival?. **O Dia** (PR), 1930, p. 5).

Até a aprovação do voto feminino em 1932, o foco das reivindicações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino era o sufrágio feminino, neste sentido, as ações da associação se concentraram na propaganda deste objetivo. Assim, além do amplo material que circulava na imprensa da época, outras campanhas em favor dos direitos políticos e civis das mulheres foram realizadas. Em 1928, Bertha Lutz, Maria Amélia de Faria e Carmen Portinho organizaram panfletos e cartões de propaganda em prol do voto feminino e os atiraram de um avião em movimento, que saiu da Ilha das Enxadas e sobrevoou a cidade do Rio de Janeiro, causando um certo furor na imprensa da época.

Os boletins mensais da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que são analisados na sequência desse trabalho, circularam entre os anos de 1934 a 1936, posteriores à aprovação do voto feminino. Considera-se, neste estudo, que os mesmos foram uma estratégia para divulgar as ações da Federação em torno do sufrágio feminino, que haviam colaborado para a conquista do voto, e, também, um instrumento que serviu para a ampliação da participação política das mulheres aptas a serem votantes.

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino criou em torno de si uma intrincada rede de relações entre as suas protagonistas e demais organizações femininas e feministas nacionais e internacionais. Algumas, como a maternidade Pró-matre, a União Profissional Feminina, a Liga Eleitoral Independente, a União Universitária Feminina e a União Brasileira Pró-Temperança, foram organizadas pela própria Federação como espaços de discussão de temas específicos, como o atendimento à maternidade e proteção à infância, ou ainda questões relativas a judicialização da participação da mulher na vida pública.

Entre as organizações internacionais, pode-se citar a participação na União Pan-Americana de Mulheres, da qual Bertha Lutz foi presidente em 1927, e a *International Woman Suffrage Alliance*, que tinha por presidente Carrie Chapman, uma das participantes da I Conferência Internacional Feminista no Brasil em 1922 e com quem Lutz mantinha um forte laço de amizade e confiança, registrado na troca de correspondência entre as duas. Destaque ainda para a Organização das Nações Unidas, que na Carta da ONU em 1945, incluiu a igualdade de direitos entre homens e mulher por meio do empenho de Bertha Lutz à frente de

público. Para mais sobre as ações das protagonistas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, ver: Alexandra Padilha Bueno (2019).

outras diplomatas latino-americanas, enfrentando a objeção das diplomatas inglesas e norte-americanas.



Figura 3: Fotografia de Bertha Lutz em reunião na ONU em 1945.

Fonte: Acervo ONU (acervo público digital).

Os “Boletins” da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: irradiando a Pedagogia Feminista



Figura 4: Primeira página do Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. nº 5. março de 1935.

Fonte: Acervo Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

O contexto brasileiro da década de 1930 foi marcado por mudanças sociais, econômicas e políticas que começaram a ser esboçadas nas décadas anteriores e que se acentuaram no período varguista. Um momento caracterizado pela presença de um Estado forte, populista e nacionalista. Embora este Estado tenha promovido reformas importantes no campo trabalhista e na garantia de direitos básicos da população, também atuou no sentido de reforçar estruturas sociais patriarcais nas quais o papel da mulher como base para manutenção da família tradicional era permanentemente exaltado¹⁰.

A retórica de Vargas se caracterizou por sua intervenção no campo econômico com o objetivo de inserir o Brasil em um contexto de industrialização e desenvolvimento econômico. Assim, é possível afirmar que ocorreram ganhos durante o governo varguista, principalmente para as mulheres mais pobres, em relação à garantias legais, como a regulamentação da jornada de trabalho, descanso semanal, salário mínimo entre outros direitos. Em relação às mobilizações sociais desse período, José Murilo de Carvalho aponta que “não houve no Brasil, até 1930, movimentos populares exigindo maior participação eleitoral. A única exceção foi o movimento pelo voto feminino, valente, mas limitado” (CARVALHO, 2008, p. 42).

Em 1932, o presidente Getúlio Vargas, em função dos debates e pressões dos movimentos feministas que se organizavam à época e que pleiteavam a aprovação do voto feminino¹¹, principalmente após a Proclamação da República, concedeu o sufrágio às mulheres. Pela primeira vez o Brasil tinha um código eleitoral, proclamado por meio do decreto de nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, composto da seguinte redação: “é eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código”.

O primeiro número do Boletim, de outubro de 1934, dava destaque para a II Convenção Nacional Feminista (Bahia, 1933). Esse evento foi estratégico, pois antecedeu as eleições e organizou as bases e as pautas da Federação para o pleito da Assembleia Nacional Constituinte de 1933.

A edição, descrevia os cargos e as representantes dos departamentos de cada uma das filiais da Federação. Foram expostas também as comissões formadas durante a convenção e as

¹⁰ Para saber mais sobre o contexto que levou a tomada de poder por Getúlio Vargas, consultar os trabalhos de Boris Fausto (1997) e Edgar de Decca (2004), entre outros.

¹¹ Para mais sobre a luta pelo voto feminino no Brasil ver: Branca Moreira Alves (1977) e Mônica Karawejczyk (2013).

proposições das feministas para futuras mudanças legislativas. As comissões formadas foram: I) Comissões de trabalho, cuja finalidade estava atrelada a “obtenção de garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino”; II) Comissões de Previdência Social, para “proteger as mães e a infância e obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino”; III) Comissões de educação cívica e ação política, pretendia, “promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina”, “assegurar à mulher os direitos políticos que a Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos”; IV) Comissão de coordenação associativa e neo-plano, propunha-se a “estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público; V) Comissão da paz e relações internacionais; VI) Comissões auxiliares: A) Comissão de propaganda e B) Comissão Social; e VII Comissão de redação final de votos e resoluções.

Na sequência, o impresso apontava as resoluções que foram apresentadas na Convenção citada. As que foram votadas na Convenção, conforme indicava o Boletim, foram divididas em: I - Seção de Legislação e Administração; II - Seção de Educação Cívica e Ação Política; III – Seção de Previdência Social; IV – Seção de Paz e Relações Internacionais (Redação final das conclusões e resoluções votadas na 2. Convenção Nacional Feminista. **Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**, nº 1, outubro de 1934, p. 5 - 7).

A seção I - Legislação e Administração – foi “reunida para estudar as condições em que deve ser feita a reforma da legislação vigente nos pontos em que restringe a personalidade da mulher” Internacionais (Redação final das conclusões e resoluções votadas na 2. Convenção Nacional Feminista. **Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**, nº 1, outubro de 1934, p. 7). Desta seção, mereceram destaque os artigos do código civil que foram considerados pelas presentes prejudiciais à vida social e a participação das mulheres na vida pública. Destes, foram selecionados como proposição para reforma aqueles que diziam respeito principalmente ao pátrio poder, à administração dos bens familiares, heranças e criminalização do adultério (no caso das mulheres). Convém ressaltar, que o Código Civil brasileiro de 1916 regulamentava a subordinação feminina ao homem e, apesar das sugestões de mudanças da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a situação permaneceu inalterada até metade do século XX (1961). Ou seja, para que a mulher estudasse, trabalhasse, ganhasse seu próprio dinheiro e registrasse o nome do pai na certidão de seus filhos, era necessária a autorização do marido.

Quanto à II Seção - de Educação cívica e ação política - sua presença nos destaques se justificava pelo fato de que, do ponto de vista das intelectuais da Federação, a aquisição do direito de voto traria como consequência uma maior participação das mulheres brasileiras na

vida pública e, portanto, era necessário que elas fossem orientadas para exercer esse direito. Sobre isso, na agenda da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, para a educação da mulher, constavam:

I) Educação do elemento em formação organizada em variedade de formas consentâneas a diversos graus de ensino; II) Educação de emergência, distribuída a matéria de trabalhos na: formação da mulher cidadã, compreendendo seus direitos e deveres; conhecimento do movimento feminista abrangendo: o que a mulher deve pretender: o que tem conseguido e o que pode perder. III) Programa de Educação Cívica; IV) Decálogo Feminista; V) Publicação de conceitos, normas regulamentos para que a mulher se torne eleitora; VI) Organização de caravanas que levem as populações sertanejas a educação cívica necessária; VII) Confraternização das mulheres que se abstenham de ingressar em partidos contrários às suas pretensões; [...]. (Redação final das conclusões e resoluções votadas na 2. Convenção Nacional Feminista. **Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**, nº 1, outubro de 1934, p. 6).

Constava ainda a seção III - Seção de Previdência Social – na qual se destacava “a regulamentação e aplicação do capítulo da Ordem Econômica e Social da nova Constituição, principalmente dos dispositivos referentes à maternidade, infância, trabalho feminino, organização do lar e padrão de vida” (Redação final das conclusões e resoluções votadas na 2. Convenção Nacional Feminista. **Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**, nº 1, outubro de 1934, p. 7).

Já na seção IV - Paz e Relações Internacionais – entre os itens realçados pelo Boletim, vale a pena frisar aqueles que diziam respeito, especificamente, à mulher, tais como: a participação feminina nos certames internacionais, principalmente nas Conferências Pan-Americanas oficiais, no Bureau Internacional do Trabalho, com manutenção de representação diplomática permanente junto a este; a Criação do Bureau Inter-Americano Feminino de Trabalho previsto na 7ª Conferência Internacional Americana de Montevideo; organização de um Congresso Feminino Interamericano de Assistência Social no Rio de Janeiro; apelo às mulheres para que não dessem aos seus filhos brinquedos que despertassem o gosto pelas armas.

A manchete principal da primeira página, da primeira edição do Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, pós-sufrágio, ...expunha manifestação a favor do voto feminino: “Às Urnas Cidadãs” um chamado ao pleito de 1934 (Às Urnas Cidadãs. **Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. nº 1. p. 1). Nesta edição, a Federação destacava que a aprovação do voto feminino, no Brasil, em 1932, foi a primeira legislação nesse sentido na América Latina¹². O impresso sublinhava que: “a mulher representa metade da

¹² Em ordem cronológica a obtenção do sufrágio feminino na América Latina foi: Equador, 1929 (opcional até 1967); Brasil e Uruguai, 1932; Cuba, 1934; El Salvador, 1939 (opcional até 1950); República Dominicana, 1942;

população, tanto quanto o homem faz jus à representação de que a Constituição lhe assegurou o exercício”, ou seja, era necessário preparar a mulher eleitora (Às Urnas Cidades. **Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. nº 1, p. 1).

No mesmo boletim houve destaque ainda para a divulgação do perfil das candidatas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino à eleição de outubro 1934; Bertha Lutz - candidata a deputada federal - e Stella Guerra Durval - candidata a intendente municipal¹³.

A partir da conquista do voto das mulheres, a pauta da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino foi alterada; ganhou força a busca por novas associadas e o alistamento eleitoral. Além da instalação de postos exclusivos para alistamento das mulheres, palestras nos programas de rádio e uma campanha na imprensa que incluiu os boletins que são objetos de análise no presente trabalho, era necessário preparar as novas integrantes para a participação na política nacional.

Após intensa campanha, Bertha Lutz foi eleita como suplente para o cargo de Deputada pelo Partido Autonomista do Distrito Federal. Posteriormente, no pleito de 1934 foi eleita novamente como suplente pelo mesmo partido. Posição que veio a ocupar em 1936¹⁴, após a morte do Deputado Cândido Pessoa, que havia sido eleito para a vaga.

No primeiro Boletim encontra-se também uma abordagem sobre a necessidade de mudanças nas leis que regiam o trabalho operário. A proposta era para que se aprovasse os dispositivos constitucionais “referentes à remuneração idêntica por trabalho igual, sem distinção de sexo do trabalhador ou interrupções do trabalho, sem perdas de vencimentos na ocasião do parto” (p. 5).

As duas matérias – Remuneração Desigual e Eleição de Candidatas - foram alvos de intensa campanha da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino desde a década de 1920. No congresso de 1922, por exemplo, foram feitos estudos acerca das condições de trabalho das mulheres em algumas fábricas do Rio Janeiro e a constatação da disparidade salarial entre

Jamaica, 1944; Guatemala, 1945 (facultativo até 1956); Trindade e Tobago, 1945; Venezuela, 1946; Panamá, 1946; Argentina, 1947; Suriname, 1948; Chile, 1949; Costa Rica, 1949; Bolívia, 1952; Guiana, 1953; Honduras, 1954; México, 1954; Peru, 1955; Colômbia, 1957; Nicarágua, 1957; Bahamas, 1964; Paraguai, 1967; (SANTOS, 2002, p. 297-303).

¹³ Outras fontes consultadas mostram que houve um esforço da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino para reforçar a sua importância na aprovação do voto feminino. É o caso da nota publicada em 1º de junho de 1934 no periódico **Correio da Manhã** com o título: A mulher na nova constituição. - O resultado de uma comissão de quinze anos ininterruptos. - A igualdade dos sexos, o voto feminino e o serviço militar para as mulheres (p. 6).

¹⁴ Conquanto tenha tomado posse somente em 1936, no período anterior, Bertha Lutz compôs a Comissão Preparatória do Anteprojeto do texto constitucional, em 1932. As sugestões elaboradas para o texto da Constituição (1934), foram discutidas entre as intelectuais da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e foram reunidas em um documento chamado de “13 Princípios Básicos de Direito Constitucional”. As demandas que tratavam principalmente dos direitos civis e políticos das mulheres brasileiras chegaram à Assembleia Nacional Constituinte através de Carlota Pereira de Queiroz e algumas delas foram incorporadas a nova Constituição.

homens e mulheres exercendo a mesma função era uma das temáticas debatidas. Após a promulgação da constituição em 1934 e a consolidação das leis trabalhistas em 1943, um ganho para as mulheres foi a garantia da licença maternidade para todas trabalhadoras, todavia, as diferenças salariais entre os sexos permaneceram e seguem sendo uma realidade em muitas profissões.

Outro destaque do primeiro número do Boletim se deu aos “dez princípios do feminismo”. Princípios defendidos pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, divulgados desde o início da década de 1920 em outros impressos, mas que foram publicados no Boletim de forma a dar visibilidade e reforçar os ideais da associação.

Decálogo Feminista Toda mulher deve:

1º Exercer seus direitos políticos e cumprir seus deveres cívicos;

2º Interessar-se pelas questões públicas do país;

3º Ter ocupação útil à sociedade;

4º Alistar-se e votar;

5º Votar consciente e criteriosamente;

6º Não entregar seu título eleitoral;

7º Dedicar-se à causa feminista, crente no triunfo dos seus ideais;

8º Votar somente em quem for feminista 9º Bater-se pela conquista e pleno exercício de seus direitos sociais e políticos;

10º Trabalhar pelo aperfeiçoamento moral, intelectual, social e cívico da mulher
(**Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**, nº 1, outubro de 1934, p. 2).

O Segundo número do Boletim, foi publicado em novembro de 1934. Mais sucinta, essa edição contava com quatro páginas e trazia como tema principal “Bertha Lutz”. A matéria mostrava uma fotografia frontal (preto e branco) de Lutz na primeira página e o texto apresentado tinha um caráter de manifesto público de defesa da figura de Bertha Lutz. Conforme aponta o documento, a líder feminista, que havia sido eleita suplente pelo Partido Autonomista no pleito de 1934 (MARQUES, 2016, p. 195), vinha sendo acusada de intervir indiretamente no processo de cassação do Deputado eleito Cândido Pessoa, de quem era a suplente eleita¹⁵. A cearense Adília de Albuquerque Moraes, sócia da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, assinava o texto, e em seus argumentos defendia e destacava a trajetória profissional e de militância de Bertha Lutz, tecendo elogios à conduta moral da líder da Federação (Bertha Lutz. **Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. nº 2, novembro de 1934, p. 1). Já as páginas seguintes do impresso, tratavam, de maneira

¹⁵ O Boletim de nº 02, de novembro de 1934, evidenciava uma polêmica envolvendo o nome do Deputado que, segundo informava o noticiário, estava envolvido em situação irregular e corria o risco de ter sua candidatura cassada.

pormenorizada, esclarecer os motivos que tinham levado a Justiça Eleitoral a tentar cassar o mandato do Deputado Cândido Pessoa (A cassação do mandato do deputado. **Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. nº 2, novembro de 1934, p. 2 - 4).

O terceiro número do Boletim, de dezembro de 1934, também composto de 4 páginas, trazia como matéria principal, em sua primeira página, um “Manifesto do Comitê pela Paz e Sociedade das Nações” que foi organizado pela “Aliança Internacional para o Sufrágio e Igualdade de Direitos e Cidadania”. O texto ocupava uma página e meia na edição, era de responsabilidade do Comitê da Paz da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e discorria acerca da importância da educação das mulheres para preservação da paz e busca por igualdade de direitos. O Boletim assim se manifestava em relação ao assunto: [...] “nós conjuramos à todas as associações filiadas para redobrar de energia: fazemos apelo a todos, mulheres e homens de boa vontade, sem preconceito de raça, de cor ou de fé – para combater o espírito separatista e o preconceito racial” (Aliança Internacional para o Sufrágio e Igualdade de Direitos e Cidadania. **Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. nº 3, dezembro de 1934, p. 1).

Na segunda página da edição de dezembro de 1934, com o título “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”, encontravam-se as sete finalidades da Associação. Cada um dos fins estava acompanhado de uma explicação de suas motivações, eram eles:

- 1º Fim – Promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina;
 - 2º Fim – Proteger as mães e a infância;
 - 3º Fim – Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino;
 - 4º Fim – Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha da profissão;
 - 5º Fim – Estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessa-las pelas questões sociais e de alcance público;
 - 6º Fim – Assegurar a mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere para o exercício inteligente desse direito;
 - 7º Fim – Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, afim de garantir a manutenção perpétua da Paz e da Justiça no Hemisfério Ocidental.
- (Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. **Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. nº 3, dezembro de 1934, p. 2).

Ainda na página dois, o impresso trazia um artigo que discutia a legislação em torno do trabalho feminino noturno (O trabalho noturno das mulheres. **Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. nº 3, dezembro de 1934, p. 2). Na página três, destacava-se um artigo que apresentava as conquistas feministas no campo político. “A mulher eleita”, enumerava os nomes das mulheres eleitas no pleito de 1934, seus respectivos cargos, cidades e estados (A mulher eleita. **Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. nº 3, dezembro de 1934, p. 3). Na última página, deste mesmo número, Lina Hisli se dedicava a detalhar o próximo compromisso internacional da Federação Brasileira pelo Progresso

Feminino, o Congresso Feminista de Istambul, organizado pela *Alliance for Suffrage an Equal Citizenship* e que se realizou em abril de 1935 (Hisli, L. Congresso Feminista de Istambul. **Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. nº 3, dezembro de 1934, p. 4).

O Congresso de Istambul, foi destaque também no número seguinte do Boletim. A edição número quatro de fevereiro de 1935, trazia uma fotografia central em preto e branco do Pão de Açúcar (RJ) e uma saudação em língua inglesa: “Greetings from Brazil and the Brazilian Federation for the Advancement of Women to Mrs. Carrie Chapmam Catt, the Internacional Alliance Suffrage an Equal Citizenship the women of Turkey, and the Delegates in Congress Assembled at Istambul – April 1935¹⁶”. As páginas seguintes (dois e três) desta edição também estavam em língua inglesa e tratavam das contribuições, lutas e conquistas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino nos últimos 18 anos de sua existência. Já a última página, constituía-se de um resumo do mesmo conteúdo em língua portuguesa.

O último número do Boletim aqui analisado foi publicado em março de 1935. Essa edição foi reservada a várias homenagens a líder feminista da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Bertha Lutz. Em primeira página, o número trazia uma fotografia em preto e branco em que Lutz figurava ao centro e as sócias da Federação a circundavam. A matéria da primeira página foi escrita por Anna Amélia Carneiro de Mendonça e destacava a trajetória de militância de Bertha Lutz como liderança nacional do feminismo brasileiro. Nas páginas que se seguiam, ocupavam destaque vários artigos que, por meio de trechos de cartas de apoiadoras, sócias da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, imprensa e autoridades, faziam a trajetória de Lutz se mesclar com a história da Federação e do feminismo nacional.

Considerações Finais

Embora o presente artigo não tenha tido a pretensão de esgotar a potencialidade das fontes consultadas, entende-se que o mesmo permitiu evidenciar a importância do Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino como meio de propaganda e de divulgação do trabalho da Federação após a conquista legislativa do voto. Neste sentido, é possível reconhecer que esse impresso, junto com outras ações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, visava irradiar a Pedagogia Feminista da associação, formando mulheres aptas para uma exercer a cidadania.

¹⁶ Saudações do Brasil e da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino à Sra. Carrie Chapmam Catt, à Aliança Internacional pelo Sufrágio e Igualdade de Direitos, às mulheres da Turquia e às Delegadas no Congresso em Assembleia em Istambul – abril 1935 (Tradução livre).

Foi possível perceber também que tanto os chás - eventos de cortesia que pretendiam angariar aliados - quanto nas participações nos debates públicos, a política se fazia presente no discurso da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Muitas pautas defendidas pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino foram aprovadas após um longo período de negociação e outras não foram sequer levadas em consideração. Apesar de a Federação não representar todos os feminismos, ou todas as mulheres, como era sua pretensão, essa associação promoveu conquistas importantes para as mulheres ao longo de sua existência. As reformas pretendidas pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino tiveram impacto, principalmente, no campo legislativo e promoveram melhoras na vida de muitas mulheres do período.

Fontes:

Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, outubro de 1934.

Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, novembro de 1934.

Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, dezembro de 1934.

Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fevereiro de 1935.

Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, março de 1935.

O feminismo em ação, **Careta**. 23 de maio de 1931, p. 24.

Carta manuscrita de Maria Lacerda de Moura a Bertha Lutz, 21/10/1920 – Arquivo Nacional – Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Documentos Privados; Seção Administração, Correspondência.

Referências bibliográficas:

ALVES, Branca Moreira. *Em busca da nossa história: o movimento pelo voto feminino no Brasil – 1919/1932, fatos e ideologia*. Dissertação (Mestrado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

BESSE, K. Susan. *Modernizando a Desigualdade*. Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo, EDUSP, 1990.

BOURDIEU, Pierre (coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, 1998.

BUENO, Alexandra Padilha. *Intelectuais brasileiras e seus projetos formativos para a emancipação da mulher: a Pedagogia Feminista em disputa (1910-1940)*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2019.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DECCA, Edgar S. de. 1930, *O silêncio dos vencidos: Memória, história e revolução*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e história*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997.

FRAISE, Geneviève. *Muse de la raison. La démocratie exclusive et la différence des sexes*, Aix-em-Provence, Ed. Alinéa, coll. “Femmes et Révolution”, 1989.

GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: O cultivo do ódio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

KARAWCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (1850-1932)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande Sul. Porto Alegre: Rio Grande do Sul, 2013.

LEITE, Miriam Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

LÔBO, Yolanda. *Bertha Lutz*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagana, 2010.

LOPES, Maria Margaret. Proeminência na mídia, reputação em ciências: a construção de uma feminista paradigmática e cientista normal no Museu Nacional do Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., p. 73-95, jun. 2008.

LOPES, Maria Margaret; SOUZA, Lia Gomes Pinto de.; SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira. A construção da invisibilidade das mulheres nas ciências a exemplaridade de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). *Revista Gênero*, Niterói, v. 5, p. 97-109. 2. Sem. 2004.

MARQUES, Tereza Cristina de Novais. *Bertha Lutz* (recurso eletrônico). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

SCHUMACHER, Shuma, BRAZIL, Érico Vital (orgs.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. In: ALVES, Claudia; LEITE, Juçara Luzia. *Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas*. Vitória: UFES, 2011.